

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 110

Período: de 07/02/04 a 13/02/04

Franca – Brasil

- 1-Cerca de mil anistiados não recebem indenização.
- 2-Ministro da Defesa comemora 20 anos de programa brasileiro na Antártida.
- 3-Decreto presidencial impede que arquivos da ditadura militar sejam consultados.
- 4-Exército permanecerá em área decretada como reserva indígena.
- 5-Jornalista é contra sigilo de informações sobre o acidente com VLS.
- 6-Ministério da Defesa sofrerá retenção de recursos em sua receita.
- 7-Frota da Força Aérea deverá ser incrementada.
- 8-Brasil, Colômbia e Peru assinam acordo de cooperação policial e militar.
- 9-Projeto de reestruturação das Forças Armadas prevê desativação do 24º Batalhão no Rio de Janeiro.
- 10-Aviões da Força Aérea colidem durante treinamento.

Cerca de mil anistiados não recebem indenização

Segundo o jornal *O Globo*, aproximadamente mil anistiados com processos na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça aguardam pelo pagamento de suas indenizações. As vítimas da repressão política do regime militar têm direito a receber pagamentos que variam entre R\$ 30 mil até R\$ 700 mil do governo brasileiro. De acordo com o jornal, serão priorizados os casos de vítimas que ainda não receberam nenhuma parte do reparo a que têm direito. (O Globo – O país – 07/02/04).

Ministro da Defesa comemora 20 anos de programa brasileiro na Antártida

A *Folha de São Paulo* noticiou a comemoração dos 20 anos da base brasileira no pólo Sul. A celebração reuniu os comandantes das três Forças Armadas e o Ministro da Defesa, José Viegas Filho. A estação brasileira que recebe o nome *Comandante Ferraz* situa-se na Ilha Rei George, há 130 quilômetros da península Antártica. (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/02/04).

Decreto presidencial impede que arquivos da ditadura militar sejam consultados

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que estabeleceu que documentos sigilosos podem ter acesso negado por prazo indeterminado vem prejudicando o trabalho de historiadores do regime militar. O decreto número 4.553, de 2002, entrou em vigor no dia 13 de fevereiro de 2003, estabelecendo que os documentos públicos classificados como ultra-secretos tivessem seu prazo de sigilo aumentado de 30 para 50 anos, com a possibilidade de prorrogação por tempo indeterminado. Desta forma, pesquisadores que dependiam da liberação de documentos produzidos durante a ditadura militar ficam incapacitados de prosseguir com seu trabalho. A *Folha* afirma que a medida é contrária à Lei de Arquivos número 8.159, de 1991, que fixa

o prazo máximo de inacessibilidade de um documento público em 30 anos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/02/04).

Exército permanecerá em área decretada como reserva indígena

De acordo com o *Jornal do Brasil*, um grupo de pessoas está reivindicando a retirada das Forças Armadas da aldeia indígena *Raposa-Serra do Sol*, no estado de Roraima. O jornal informou que no estado existem oito pelotões do Exército que colaboram com a preservação da fronteira brasileira. O Ministério da Justiça já avisou que mesmo com a homologação da *Raposa-Serra do Sol* em área contínua, que deve ocorrer nas próximas semanas e que proíbe a presença não indígena na área, o Exército será mantido no local. A exigência da permanência do Exército, feita pelo Ministério da Defesa, é prevista pela Constituição. O acontecimento aqueceu uma discussão no seio das Forças Armadas, proveniente de um grupo de militares que acredita que a homologação desta e de outras reservas, bem como a presença da Igreja e de Organizações Não-Governamentais na região Norte do país, representariam uma ameaça à soberania nacional, uma vez que o Brasil perderia ingerência sobre a área. O *Jornal do Brasil* noticiou que um Plano de Defesa Nacional desenvolvido na Escola Superior de Guerra propõe a presença de órgãos federais em reservas indígenas e defende o remanejamento de aldeias vizinhas a outros países. (Jornal do Brasil – Brasil – 08/02/04).

Jornalista é contra sigilo de informações sobre o acidente com VLS

O jornalista Marcelo Leite, em coluna publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, teceu diversas críticas à maneira como o Ministério da Defesa vem divulgando dados acerca do acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS). Leite argumenta que o fato de o controle do programa espacial brasileiro ser parcialmente civil, já que é dirigido pela Agência Espacial Brasileira (AEB), é motivo para que as investigações sobre o acidente sejam levadas a público. O jornalista alegou que as notas emitidas pelo Ministério da Defesa dirigidas à imprensa trazem mensagens evasivas e não fornecem prazos para que os resultados da investigação sejam divulgados. Além disso, o ministro da Defesa, José Viegas, já admitiu a possibilidade de que o prazo para o fim das investigações seja prorrogado pela sexta vez. (Folha de S. Paulo – Ciência – 08/02/04; Folha de S. Paulo – Ciência – 09/02/04).

Ministério da Defesa sofrerá retenção de recursos em sua receita

O Ministério da Defesa sofrerá o contingenciamento de 6 bilhões de reais para o ano de 2004, retidos da já escassa receita de R\$ 28 bilhões. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o comandante da Força Aérea, Luiz Eduardo Bueno, declarou que as três forças não podem contar com 50% de seus equipamentos, que estão sucateados por falta de recursos para manutenção, e que este ano só terão 1,1 bilhão de reais disponível para investimentos. Dentre os projetos que deverão ser salvaguardados mesmo com a retenção anunciada, estão o programa especial da Antártida e o programa de lançamento de satélites. O último deverá ser retomado assim que forem concluídas as investigações sobre o acidente ocorrido no ano passado, e que segundo noticiado pela *Folha*, terá dotação fora do valor

atualmente estipulado, de R\$ 300 milhões. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/02/04; O Globo – O País – 09/02/04).

Frota da Força Aérea deverá ser incrementada.

A Força Aérea deverá receber 22 novos aviões de transporte ainda este ano, com verbas provenientes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Tais recursos não sairão, portanto, da receita da União, e a transação ocorrerá por ocasião da tomada de uma dívida da companhia aérea Rio Sul pelo banco. Além disso, a Força declarou que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) deverá participar da produção dos caças do programa FX, não importando se atualmente ela está associada à empresa *Dassault* para a produção do avião Mirage 2000BR. Tal declaração se deve ao fato de que o contrato só deverá ser assinado com empresas que oferecerem em seu “pacote” a transferência de tecnologias para o país. As verbas do pagamento dos caças não serão afetadas pelo contingenciamento de 2004, uma vez que só serão transferidas à empresa produtora dos caças em 2007. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/02/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/02/04; O Globo – O País – 09/02/04; O Globo – O País – 10/02/04).

Brasil, Colômbia e Peru assinam acordo de cooperação policial e militar

Os ministros da Defesa do Brasil, Colômbia e Peru assinaram, neste dia 11, em Tabatinga, no estado do Amazonas, um acordo de cooperação policial e militar para reforçar o controle fluvial e fronteiro na região amazônica, instituindo o primeiro acordo trilateral entre países sul-americanos. Além dos ministros da Defesa, José Viegas (Brasil), Jorge Alberto Uribe Echevarría (Colômbia) e Roberto Chiabra Leon (Peru), o acordo também foi assinado pelo ministro da Justiça brasileiro, Márcio Thomas Bastos, responsável pelas operações da Polícia Federal. Nos países vizinhos, estas operações estão a cargo exclusivo dos respectivos ministérios da Defesa. A intenção dos países é incentivar a troca de informações entre policiais e autoridades de segurança na fronteira, que é considerada uma região de intenso tráfico de drogas e contrabando de armas. Segundo o *Jornal do Brasil*, o combate ao terrorismo também é uma das metas do acordo, tendo como principal alvo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que pela primeira vez foram classificadas pelo ministro Viegas como terroristas, pois de acordo com ele, não se questiona mais o tipo de ação cometida pelos guerrilheiros. A aproximação das Farc junto à fronteira brasileira fez com que o ministro anunciasse a decisão do governo de criar uma brigada militar em São Gabriel da Cachoeira, composta por 2,5 mil homens, e de propiciar um “adensamento” progressivo do Exército na região, com a instalação de mais dois pelotões na fronteira com a Colômbia. O efetivo da Marinha brasileira também atuará na região, juntamente com os efetivos dos outros dois países. O ministro colombiano da Defesa, Jorge Echavarría, também anunciou a criação de um pelotão com mil homens na região da cidade de Leticia e declarou que as Farc representam um perigo para todos os países, inclusive para o Brasil. O preâmbulo do Memorando de Entendimento assinado ressalta o compromisso dos três países em “trabalhar coordenadamente para reprimir o tráfico ilícito de drogas e seus crimes conexos, como o terrorismo, a delinquência transnacional, o tráfico de

armas, munições e explosivos [e] o contrabando de precursores químicos". Segundo o *Jornal do Brasil*, este acordo tem como retaguarda o grande projeto do governo brasileiro de aumentar a integração sul-americana na área da Defesa, o que no futuro poderia tornar-se uma força multilateral, de acordo com o ministro Echevarría. Durante o encontro, o ministro Viegas falou sobre a liberação dos R\$ 143 milhões para a área de Defesa, que devem servir à modernização de aeronaves, e sobre a espera pela liberação de mais de R\$ 100 milhões para a retomada do Programa Espacial Brasileiro. Os ministros também se propuseram a acertar a participação da Colômbia e do Peru no Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (Folha de São Paulo – Brasil – 11/02/04; O Globo – O País – 11/02/04; O Globo – O País – 12/02/04; Jornal do Brasil – Brasil – 12/02/04)

Projeto de reestruturação das Forças Armadas prevê desativação do 24º Batalhão no Rio de Janeiro

A prefeitura do Rio de Janeiro e o Exército estão negociando desde o mês passado a transferência da área de 220 mil metros quadrados ocupados pelo 24º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), o qual deverá ser extinto no fim deste ano, como parte de um programa nacional de reestruturação das Forças Armadas. A área deverá ser usada pelo município com o fim de desenvolver projetos sociais para atender às comunidades vizinhas. De acordo com *O Globo*, ocorreu nesta semana o roubo de um fuzil por um traficante no 24º Batalhão. Contudo, o Comando Militar do Leste (CML) afirmou que a desativação não tem relação com o incidente, e que já estava prevista antes do ocorrido. (O Globo – Rio – 12/02/04)

Aviões da Força Aérea colidem durante treinamento

Duas aeronaves AT-27 Tucano que fazem parte da Esquadrilha da Fumaça da Academia da Força Aérea (AFA) se envolveram em um acidente neste dia 13, durante um vôo de treinamento no interior de São Paulo. A Aeronáutica afirma que os ocupantes se ejetaram e passam bem. Segundo informações iniciais, os aviões colidiram durante as manobras. O acidente ocorreu por volta das 9h50 (horário de Brasília) em uma área reservada para o treinamento da esquadrilha, a 10 km de Santa Rita do Passa Quatro (253 km a norte de São Paulo). As causas do acidente serão investigadas. (Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/04; O Globo – Plantão – 13/02/04)